



CONEDU

Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

O ORIENTADOR FRENTE À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO

Flávia Fernanda Vasconcelos Alves
Faculdades Integradas de Patos – FIP
flaviavasconcelos.edu@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Observa-se que nos dias atuais a inclusão vem sendo bastante divulgada pelos meios de comunicação e, de igual maneira, discutida nas universidades, sendo cada vez maior o número de pesquisas desenvolvidas em relação à temática. Convém lembrar que mesmo tendo assumido relevante dimensão no sistema educacional brasileiro, a educação inclusiva apresenta grandes lacunas, as quais demandam a necessidade de estudos científicos, afim de que se verifique como de fato se constrói o processo de inclusão em todos os níveis de ensino.

Ao analisar a história da educação inclusiva no ensino fundamental, observa-se claramente que apesar de uma gama de leis já existentes em torno do assunto ainda são poucas as crianças com necessidades especiais que frequentam as escolas regulares. O que levou a investigar como vem ocorrendo a inclusão de crianças com deficiências neste nível de ensino e como o orientador pedagógico se coloca diante desta realidade.

O ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão, que deve ser oferecida gratuitamente e a partir dos 6 anos, atendendo em suas necessidades específicas, oportunizando lhes interações que favoreçam seu desenvolvimento sócio educacional, como também a vivência de experiências que lhes permitirão ampliar seu conhecimento e sua participação social.

Como todo ser humano a criança é um sujeito social e histórico, pertencente a uma organização familiar e inserida em um contexto social, possui características singulares em seu desenvolvimento e constrói conhecimentos a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vive. É oportuno lembrar que a criança com deficiência



possui os mesmos direitos que as ditas normais. Assim, de igual maneira, necessita de estímulos para se desenvolver plenamente. No entanto, mesmo sendo garantia legal, este processo ainda tem-se verificado a passos lentos nas escolas da rede regular de ensino e assim como a atuação do profissional responsável na acolhida desta criança, o agir do orientador pedagógico frente a tal situação.

Portanto, o tema aqui estudado – o orientador frente à inclusão da pessoa com deficiência na escola regular de ensino - verificou as dificuldades e possibilidades de desenvolvimento da criança com deficiência no ensino regular. Demonstrando a ação do orientador diante dessa nova realidade, assim como a participação da família e de crianças ditas normais neste processo que tende a ser uma realidade comum, tanto nas escolas da rede privada como nas escolas da rede pública de ensino.

O PAPEL DO ORIENTADOR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR

Os estudos realizados para construção deste artigo mostram o percurso histórico da orientação educacional no Brasil, que evoluiu em vários aspectos principalmente no tratamento adequado a alunos com deficiência nas séries iniciais. Nesses estudos percebe-se também uma certa dificuldade em aliar teoria e prática. Levando assim a fazer uma reflexão de atuação deste profissional.

Diante da nova realidade que estamos vivenciando com o a chegada das novas tecnologias, os novos aspectos sociais e a nova forma de organizar em que a escola está passando, fica claro que não é a orientação educacional a responsável pelos problemas enfrentados na inclusão das crianças com deficiência e com necessidades educacionais especiais nas séries do ensino fundamental. Todos que fazem a escola são colaboradores nesse processo e que o orientador é peça importante para um bom trabalho, pois vai ser ele capaz de criar elos entre o professor, a família, e todos os envolvidos nesse processo.

Pode-se afirmar que quando se trabalha junto, educação e orientação, surgirá bons resultados, que vão além das soluções para conflitos surgidos e



vão de encontro a construção do pensar e na formação do sujeito em sua íntegra.

Sendo a orientação educacional uma prática que deve ser transformadora, buscando sempre o trabalho em conjunto, onde todos os profissionais tem algo a contribuir com suas especificidades de atuação.

Esse profissional é um mediador nas relações existentes e nas que vão surgir dentro da escola desde os professores, diretores e supervisores visando sempre as melhores formas de ter sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Realizar discussões, onde os alunos, assim como seus pais, poderão participar, já que são partes fundamentais para o processo, uma das maneiras mais evidentes de se trabalhar os conteúdos segundo os autores estudados, com destaque para Garcia (2001) como sendo de total relevância a contextualização dos conteúdos com a realidade dos alunos.

É claro, o progresso dos alunos quando se aproxima de sua vida, aumentando assim o interesse do aluno e tendo uma possibilidade maior de desempenho, tendo em vista que os assuntos estudados farão parte de um mundo que lhe é familiar, assim sendo será condição fundamental para que ele possa compreender outros mundos.

Trabalhando junto, o Orientador Educacional, buscará metodologias adequadas as necessidades dos alunos atendidos, aqui com destaque para os que possuem alguma deficiência, contribuindo assim para a promoção do aluno e para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho enfatiza-se a importância do orientador pedagógico no processo de inclusão das crianças com deficiência, descrevendo suas potencialidades, seu desenvolvimento, como também suas possibilidades de contribuir. Isto por que, embora a inclusão de pessoas com deficiência, preferencialmente da rede regular de ensino se caracterize por prerrogativa legal, muitos precisariam ser os avanços para sua efetivação,



tendo em vista que a grande maioria de nossas escolas e educadores encontram-se despreparados para atuar frente a essa realidade.

Porém, para alcançar tais objetivos algumas modificações se fazem urgentes na organização e no funcionamento dos sistemas escolares. O orientador junto ao professor deve demonstrar credibilidade e comprometimento com a causa da inclusão, estimulando os educandos a direcionarem sua aprendizagem de modo a aumentar sua autoconfiança, a participar plenamente da sociedade, utilizando seu poder pessoal no sentido de desafiar a sociedade para mudanças de atitude e sobretudo de mentalidade. Para tanto, é preciso que haja convicção de que toda criança é capaz de aprender. Assim a escola deve transformar-se para atender a diversidade e não fundamentar-se na lógica da homogeneidade.

Estando cientes de que o processo de inclusão não é algo fácil e sim gerador de conflitos, angústias, entretanto, trata-se de um projeto que implica na prática da justiça e da dignidade social, fato para o qual nosso sistema educacional não pode deixar de apontar, tendo em vista que, por si só, o educador não garante a inclusão da criança com deficiência.

Incluir não se trata apenas de permitir que crianças com deficiência estejam entre paredes comuns, transitem pelos mesmos corredores, pátio, refeitório e demais dependências. É essencialmente tornar essa criança um cidadão consciente de seus direitos e deveres. Sendo capaz de conviver de cabeça erguida numa sociedade ainda marcada por um grande índice de preconceito.

Sendo assim, devemos ter claro que somente quando esgotadas as possibilidades de ensino da escola da rede regular, necessitaremos serviços especializados que venham favorecer este processo. Não queremos com isso considerar escolas especializadas como um mal a ser evitado, pois, para significativa parcela da população com deficiência, esta escola tem se constituído como único espaço que acolhe e aceita estas pessoas, sem levar em conta os padrões de normalidade impostos pela sociedade.

Para que a escola possa atender qualitativamente a todos os educandos independente do grau de sua deficiência é necessário redefinir e colocar novas



alternativas pedagógicas compatíveis com este grande desafio. Para isto, é necessária uma nova escola, corajosa, criativa e questionadora, capaz de traçar novos paradigmas com relação à inclusão ou até mesmo colocar em prática os que já existem.

Algumas escolas correm o risco de permanecer no conformismo da lei, recebendo alunos com deficiência sem, no entanto, buscar meios eficazes para de fato incluí-los no sistema educacional. Aqui nos vemos diante de uma missão complexa a qual dependerá essencialmente da visão de homem e de sociedade assumida por cada educador.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Regina. Orientação educacional: **conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo, Cortez, 2001.

BENCINI, Roberta. Pessoas especiais. **Nova Escola**. São Paulo, Abril, ano 16, n.139, p. 36-39, jan./fev. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Meditação, 2000.

CAVALCANTE, Meire. Caminhos da inclusão. **Nova Escola**. São Paulo, Abril, Edição especial, n.11, p. 9-15, out. 2006.
